

ESTUDOS PORTUGUESES E LUSÓFONOS: O VALOR
MATRICIAL NO PAÍS E ESTRATÉGICO NO MUNDO
(REFLEXÕES SOBRE A CRISE)

Pires Laranjeira

Universidade de Coimbra

O que sabe não diz

(SUFFIT KITAB AKENAT, 2003: 33)

Educar é fácil

Se treinares teu filhinho

Para te educar

(SUFFIT KITAB AKENAT, 2003: 82)

A acção política não é dotada da eficácia da acção física, em que cada martelada, se for bem dada, crava um pouco mais o prego.

(EDGAR MORIN, 1992: 274)

Se tivermos escrito alguma coisa para nossa instrução ou para alívio de nosso coração, há muitas possibilidades de que nossas reflexões sejam úteis também a muitas outras pessoas (...) e nunca somos tão verdadeiros nem tão vivos, nem tão patéticos do que quando tratamos as coisas pessoalmente.

(VAUVENARGUES, 2007:121)

1

O momento que Portugal atravessa, numa conjuntura internacional difícil, é oportuno para se pensar na questão das Humanidades dentro das universidades, enfrentando a carência de estudantes, e nomeadamente dos Estudos Portugueses e Lusófonos, precisamente quando tanto se fala, na praça pública e na própria universidade, na crise dessas Humanidades. Se existe crise das Humanidades e crise do humanismo é porque o processo capitalista atravessa uma crise de todo o tamanho, que ele próprio criou com a desumanização do trabalho e a artificialização do papel-moeda, prometendo paraísos fiscais e consumistas aos especuladores, aforradores e trabalhadores do mundo inteiro, relegando para o plano das sombras as relações de produção e distribuição de bens perecíveis e duradouros, como se isso fosse um mistério que só alguns eleitos do capital conseguem decifrar. Não creio que seja assim: pelo contrário, as Humanidades têm ajudado, nos três últimos séculos, a pensar o humano e, portanto, as relações pretensamente ocultas da produção material com as criações do espírito. A questão central da cultura é mesmo essa: as espiritualidades ancestrais, incluindo as religiões, foram postas em xeque e a razão crítica tomou o seu lugar no mundo moderno, sobretudo o mais intelectualizado, com a desmontagem das máquinas mistificadoras da metafísica e do poder por parte de Marx, Nietzsche, Freud, Saussure, Bloch, Arendt, Foucault, Bourdieu, Cheik Anta Diop ou Joseph Ki-Zerbo. Por outro lado, o capitalismo – com a mercantilização de todas as esferas da actividade humana, incluindo a íntima e a criativa – tomou conta das nossas vidas de uma forma avassaladora, incluindo a vida mental, intelectual, afectiva e obviamente a social. Abdicar das Humanidades é aceitar a barbárie que existe no cerne do sistema capitalista, nas suas várias versões totalitárias, sejam elas de que sinal forem, incluindo a dominação democrática pela representação partidária, uma nova forma de totalitarismo de um qualquer

pensamento que se apresenta como único ou dominante disfarçado de diverso, cabendo na compaixão da diversidade tudo o que é considerado excedentário, marginal, dominado, emergente, etc. É preciso, pois, recriar as Humanidades, continuando a desmontar os modos de dominação social, cultural e mental dos poderes de Estado, em que se incluem os poderes da burocracia ministerial e também os diversos poderes universitários, incluindo o de não escutar e não respeitar profundamente o outro. As nossas tutelas serão surdas? As regras apertadas e a dependência burocrática mostraram, ao longo de séculos, que não foram eficazes, em Portugal, para criar capacidade de invenção, inovação e renovação. Einstein afirmou que «a imaginação é mais importante do que o conhecimento». Descontado o exagero da provocação, é preciso reconhecer que falta imaginação à universidade. Não se combatem os usos do poder universitário com o reforço desses velhos poderes que são a ruína do pensamento livre e criador, o qual é o sustentáculo da inovação:

Se os estudantes procuram conhecer os espíritos audazes de nossa época, é fora da universidade que irão encontrá-los. A bem da verdade, raramente a audácia caracterizou a profissão acadêmica. É a razão pela qual os filósofos da Revolução Francesa se autodenominavam de «intelectuais» e não de «acadêmicos». Isso ocorria porque a universidade mostrara-se hostil ao pensamento crítico avançado (Tragtenberg, 2004: 14-15).

Perante a ameaça da opção política por um economicismo constrangedor, existe o perigo de se poder deletar um esforço nacional de cultura que demorou gerações a implantar e se pode tornar irrecuperável numa única legislatura. Parece que estamos a viver esse tempo em que não restará pedra sobre pedra, neste caso, letra sobre letra, do que foram as velhas Humanidades. Não devemos defender as Humanidades pelas Humanidades, mas como um espaço europeu de ensino

e de culturas plurais. Devemos defender, inclusive, uma união europeia dos estudos culturais, uma união europeia da cultura, sem a qual a união europeia da política e da economia será apenas uma união precária assente na submissão de uns aos poderes fácticos e enfáticos de outros, como já acontece. Por isso, assino por baixo a declaração de Eugénio Lisboa (no *Jornal de Letras*, de Dezembro de 2007) de que, «como verme daninho, o utilitarismo estreito e o economicismo, a propósito e a despropósito, infiltram-se insidiosamente no espírito dos burocratas da educação e dos empresários da investigação e tudo corroem, como cancro incontrolável e sinistro». Além do mais, o ensino superior deve ser pensado para abranger ainda mais estudantes e a universidade, se bem que possa escolher os seus frequentadores, com determinados critérios de exequibilidade social, pode e deve oferecer à comunidade mais do que apenas sofisticada investigação.

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a «distinção» – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como «cultura» (no sentido dos etnólogos) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes (Bourdieu, 2005: 221).

Esta crise que estamos a viver não pode servir para justificar o desmerecimento da Lusofonia e, por isso, trata-se aqui também de enfatizar a garantia dos postos de trabalho, no sentido em que esses postos podem ser entendidos como a defesa e ilustração científica, cultural e política de uma cultura de matriz portuguesa e suas ligações

a outras culturas geradas no seio da mesma língua, alargando-lhe o âmbito familiar até aos novos mundos que nela vão sendo gerados em cada dia. Numa sociedade em mutação acelerada e com múltiplas ligações transnacionais, desde as económicas, às familiares e às culturais, a língua portuguesa falada e escrita em Portugal, interagindo com os que a falam e escrevem no resto do mundo, é um pilar para os portugueses (e emigrantes) que se reconhecem nesta comunidade imaginada de «ser português». Ela é a matriz da significação desde a existência das pessoas ainda no ventre materno, é o instrumento de apreensão da fisicalidade do território, de relacionamento social com esses outros milhões de seres, com os quais temos de viver e que compõem a nossa identidade, agora mais e mais oscilante, mas ainda segregada pelas leis jurídicas (pela palavra normativa e restritiva), de recepção dos costumes, dos hábitos e dos gostos.

É a *língua*, na sua prática quotidiana e cultural, com o *território* e a *memória* comuns, que constrói as chamadas «raízes» (conceito que decaiu teoricamente, mas muito útil para expressar este apelo patriótico), ou, se quisermos, para aceitar uma espécie de psico-análise social, o chamado «rizoma» que nos entretete os meandros da mente para o *sentimento de pertença*, prendendo-nos ainda a algo, uma matriz, que nenhuma rede pós-moderna conseguiu dissipar – a MÁTRIA –, que é a *rede matricial linguística, telúrico-marítima e comunitário-social* da entidade a que temos atribuído o nome de Portugal, na qual se cruzam afinidades sociais e culturais. Essa *entidade* com que nos identificamos e a que, com o decorrer do *processo*, damos prosseguimento à nossa *identidade*, é uma *herança* e um *projecto* sempre em aberto, em *mutação*, mas, entre a tradição e o devir, temos de possuir alguma certeza, para não nos confundirmos com animais irracionais e desgovernados.

Sob pena de qualquer governo ou de quaisquer outras instituições lesarem a comunidade nacional, para lá de qualquer afirmação conjuntural

ou demagógica de lusofonia, a língua portuguesa, as culturas de língua portuguesa e as culturas que em língua portuguesa se vão traduzindo devem constituir uma preocupação fulcral dos estudos e das práticas da nação, uma questão central, matricial, da personalidade política e social do povo português e, portanto, uma preocupação fulcral para a universidade, as faculdades e os departamentos de Letras, ou quaisquer que sejam as denominações dos grupos que têm por actividade pensar os povos e as culturas para além das circunstâncias efémeras.

Os Estudos Portugueses e Lusófonos, para o serem efectivamente, terão de abranger as áreas da língua portuguesa, das várias literaturas em língua portuguesa e das culturas que lhes correspondem ou em que elas se identificam com um património comum e com todas as culturas que, traduzidas em língua portuguesa, contribuem para a formação de qualquer cidadão português, neste contexto cada vez mais de inclusão de novos cidadãos provenientes de outras origens e de recepção alargada, transnacional, de factos culturais à escala global.

Afigura-se importante chamar a atenção para o facto de a crise do ensino superior em Portugal, quanto à propalada falta de estudantes em alguns sectores, ao propalado excesso de docentes e proliferação de cursos e ao propalado atraso da investigação, se dever, por um lado, ao suspeitado declínio do acesso irrestrito dos cidadãos à universidade e, por outro, à destituição social do papel da cultura densa e complexa e, portanto, ao efectivo reforço do ensino superior como distinção sócio-económica e cultural. Se os cidadãos, e os jovens em particular, forem convencidos de que, antes do emprego, têm de possuir um curso, isto é, uma qualquer formação, a ser prosseguida e diversificada ao longo da vida, é possível que venham a aceitar, a breve trecho, a inevitabilidade e a propriedade de se formarem em Letras, em Humanidades, em Ciências Sociais e Humanas, para começarem uma qualquer vida de trabalho, ou seja, entrarem no mercado de trabalho em qualquer ramo de actividade terciária,

nos chamados Serviços, ou noutro sector sócio-económico, com uma formação humanística e outra formação complementar, em qualquer outra via. O problema é que o sistema de ensino-aprendizagem em Portugal continua a dificultar a vida a quem quiser cursar um misto de Ciências e Humanidades, continuando a reproduzir a universidade de duas velocidades, dividindo frequentemente as pessoas através de imagens distorcidas – social, imaginária e simbolicamente –, em *letrados pelintras* e *científicos endinheirados*.

Neste contexto, se o Governo e as outras instituições da tutela impuserem medidas drásticas, exclusivamente para uma reforma tecnocrática, financeira e quantitativa das universidades, poderão ser responsabilizados pelas graves questões de perda de equidade cultural e científica e de transmissão da herança histórica do saber acumulado. Por isso, alertam-se todos os interessados nessa questão matricial de cultura e tradição portuguesas para dois graves perigos que eventualmente poderão emergir:

a) a possibilidade de virmos a assistir, um destes dias, se o cenário se tornar catastrófico, ao ensino da literatura e da cultura portuguesas no mundo por docentes quase exclusivamente não portugueses (por factores evidentes no âmbito da União Europeia), isto é, ao verdadeiro controle político e institucional do ensino e divulgação da literatura e da cultura portuguesas por não nativos (e não se veja nestas palavras quaisquer desconfiança ou menosprezo chauvinistas), se vier a acontecer o abandono da estratégia de formar investigadores, professores e agentes da cultura portuguesa e da lusofonia no mundo;

b) a possibilidade de Portugal subestimar os estudos literários e culturais africanos, assim como os estudos brasileiros, aliás ambos em estado de subdesenvolvimento entre nós, com tantas oportunidades que se perderam, abrindo mão de um cabedal de saberes e de uma tradição histórica.

Apresentam-se três pilares constituintes de um caminho científico e cultural para a solução dos problemas que nos são colocados pela conjuntura:

a) *com a finalidade de reforçar o sentido da responsabilidade das tuteladas e das universidades em apoiar e manter vivo o sector das Humanidades e, em particular, dos Estudos Portugueses e Lusófonos, a minha proposta é que se adopte a integração na Lusofonia, pela sua apropriação prática, no sentido operacional e produtivo, em qualquer nível de ensino, de todo o texto literário traduzido de qualquer língua para a língua portuguesa.* Do ponto de vista prático, os docentes de Estudos Portugueses e Lusófonos têm o direito e o dever de integrar nas suas actividades os textos e os temas de qualquer outra procedência que não a lusófona, prática essa que já vigora, por exemplo, embora a título episódico, no ensino médio, ao ser estudado, por exemplo, *O Príncipezinho* de Saint-Exupéry ou, por vezes, estórias orais dos países africanos.

b) transformar o ensino-prática das literaturas e das culturas (não só em teoria, isto é, de assimilação apenas intelectual, mas numa prática, chamemos-lhe assim, de *somatização cultural*), inscrevendo-o também e muito mais no corpo biológico, ou seja, mental e afectivo;

c) os docentes do futuro terão de aprender a criar, de possuir experiência criativa daquilo que ensinam, de produzir cultura e textos práticos para uso da sociedade; portanto, os docentes de literatura e de língua poderão ter de saber como se faz literatura e como se participa socialmente com textos de intervenção: de produzir a sua literatura, de praticar e intervir criativamente no espaço público, independentemente do grau de qualidade daquilo que produzirem.

Isto quer dizer que, para melhorar o ensino-aprendizagem da Lusofonia, é necessário experimentar e fazer, para mudar, de facto, práticas seculares que anquilosaram a aprendizagem cultural da ciência e científica da cultura, inclusive através dos seus aspectos práticos. Na investigação, ensino e aprendizagem da Lusofonia, é preciosa a

existência de uma ciência da Lusofonia (ou, se se quiser, de uma teoria), mas é urgente igualmente uma variedade prática, é necessário que o estudante seja um praticante da Lusofonia:

A separação entre «fazer» e «pensar» se constitui numa das doenças que caracterizam a delinquência académica – a análise e a discussão dos problemas relevantes do país constituem um ato político, constituem uma forma de ação, inerente à responsabilidade social do intelectual. A valorização do que seja um homem culto está estritamente vinculada ao seu valor na defesa de valores essenciais de cidadania, ao seu exemplo revelado não pelo seu discurso, mas por sua existência, por sua ação (Bourdieu, 2007: 17-18).

Ensinar uma matéria vivenciando os seus processos de criação, pela prática da actividade aparentada, é uma capacidade acrescentada para fazer passar a corrente comunicativa do saber, ou melhor ainda, para a construção do saber de experiência feito, da partilha experiencial da literatura e da cultura, ao mesmo tempo que se apreende toda a tradição secular, a qual, por definição, é a que está feita e à qual se dá continuidade. Não se trata de produzir escritores e de produzir cultura nos bancos da universidade, embora tal seja possível e apetecível, mas de aprender fazendo, associando o saber sobre a tradição ao saber fazer através da experimentação, ao fazer para saber. A literatura e a cultura devem ter trabalho de campo, de laboratório, de oficina ou, para usar uma imagem angolana, de brigada. A não ser assim, preparam-se cidadãos repetidores de esquemas e de estereótipos, receptores passivos, se bem que eventualmente eruditos e hipoteticamente sofisticados.

Acabará por criar-se um novo tipo de professor de literatura, acredito, e, para isso, ele tem de ser um pedagogo, um didacta, um comunicador e um criativo e, por isso, se compreende que, noutros

países, os escritores tenham sido também chamados a leccionar, independentemente da sua formação, isto é, com ou sem formação académica, ou possuindo formação muito diversa das Letras, como, por exemplo, em engenharia.

2

Entrámos numa era em que, como diz o ditoso ditado, *aprender até morrer é cada vez mais um modo de vida*, um modo de melhorá-la, o que implica, então, que a universidade, qualquer que seja, deve fornecer meios para que o cidadão sénior encontre nos seus *claustros*, de pedra ou virtuais, os meios para se ilustrar e adquirir competências, seja para o trabalho em que porfie, seja para a *felicitas* de uma «terceira idade» em plenitude, em que cada vez mais cidadãos consigam um grau mais elevado de cidadania, competência profissional e densidade cultural. Estamos todos de acordo em que é necessário encontrar a renovação para se poder avançar, em definitivo, pela modernidade caleidoscópica, criativa, pluricultural, tecnológica, e mesmo numa pós-modernidade em que os desafios são outros, em competição com a velocidade da comunicação instantânea e interactiva. No terreno minado e lamacento da existência virtual, precisamente porque virtual, é preciso proporcionar aos estudantes a oportunidade de poderem fazer e vivenciar, em tempo real e com a presença física, vários aspectos das várias culturas. Apreciar, produzir, agir com e a partir dos textos, usando-os como pretextos, exemplos, orientações, citações e excitações – vivas manifestações da vida. É preciso, na verdade literal, *fazer mais e falar menos, ou seja, falar melhor*, evitando o ruído. Veremos como este lema poderá ser aplicado à letra, inclusive nas aulas, e mudar algo quanto à Lusofonia interna.

A inclusão de vertentes didácticas e de formação de professores trouxe um acúmulo de novas experiências e alargou o âmbito de

actuação, ao mesmo tempo que contribuiu para tornar os docentes e investigadores mais conscientes das relações entre os objectos científicos de investigação e a sua aplicação pedagógica noutros níveis de ensino, como se o princípio da realidade servisse para testar a propriedade da teoria e das conquistas científicas na sua aplicação a outros níveis. Veja-se, por exemplo, o modo como a voga estruturalista na literatura ou da gramática generativa no ensino da língua produziu verdadeiros problemas pedagógicos no ensino básico e médio, por falta de diálogo e debate profundos entre docentes e investigadores de todos os níveis de investigação e ensino e fabricantes de manuais didácticos. Surgirá uma contradição insanável com a ideia de facultar a universidade ao maior número de cidadãos se a opção for transformá-la num colégio de altos estudos para investigadores e eruditos de algumas matérias muito seleccionadas. A não ser que os poderes político e escolar estejam a pensar abrir mão de algumas especialidades para que outros países as desenvolvessem, como fizeram em relação às pescas ou à agricultura, no âmbito das negociações europeias.

Antes de mais, portanto, teremos de conseguir captar o interesse das crianças e dos jovens para a área das Humanidades e essa é uma tarefa nobre e indeclinável, mas que tem de ter a cobertura e o apoio do Estado, no seio da própria universidade e fora dela (buscando outras formas de incentivo e crédito, não somente a orçamental de rotina), sob pena de hipotecar (eu tinha escrito «assassinar», mas achei a metáfora muito violenta) o futuro da consciência histórica e cultural. O Estado tem de assumir que a Universidade tem capacidade e talento para prosseguir a via das Humanidades, recusando a menorização e marginalização da abordagem científica das artes e das letras. A não ser que o Estado, incluindo o Governo e os próprios responsáveis directos pelas universidades, venha afirmar claramente que a universidade humanista é dispensável, que,

por exemplo, a história portuguesa não necessita de ser investigada e ensinada, aqui e no mundo, que a língua portuguesa é substituível por outra, e que o ensino da literatura portuguesa pode ser atribuído massivamente a outros povos (de qualquer parte do mundo), inclusive aqui no território português. Então, os órgãos universitários, o Estado e o Governo devem declarar frontalmente que irão reduzir o pessoal docente e investigador, que irão afunilar os cursos, encurtar as competências, abrir mão da cultura e, também neste aspecto, optar por um Portugal como praia cultural para turistas ouvirem *punkrock*. Não pode ser verdade que as entidades da tutela abram mão de uma área universitária em que o fundo histórico-cultural e identitário do país e das comunidades culturais afins seja considerado descartável. Não queremos acreditar que se possa pensar na hipoteca da memória colectiva ou, mais grave ainda, desfazer a possibilidade da afirmação da *ciência da cultura portuguesa* no mundo e da participação, em proporcionalidade de circunstâncias, na *ciência da cultura lusófona* produzida e multiplicada nos cinco continentes.

Teremos de conseguir chamar aos bancos da Faculdade os mais-velhos, aposentados, quadros técnicos, funcionários públicos, profissionais liberais, imigrantes, trabalhadores temporários, jovens à procura das primeiras oportunidades, todos os que necessitem de melhorar (aprofundar, alargar) as suas competências como cidadãos, suas dignidades e saberes. Convirá jamais dispensar as didácticas da língua e das literaturas e culturas, perante estes desafios de ensinar plateias ou praticantes de língua e cultura, que, pela sua novidade, provocarão, por certo, novos problemas, e também sob o risco de se perderem verdadeiras ligações aos outros níveis de ensino. O diálogo, isto é, a participação em projectos, em procedimentos comuns, entre as Faculdade de Letras e as ESE's, por causa da formação de professores, parece-me inevitável e desejável, por via do diálogo com

docentes do ensino básico, para que as causas da língua portuguesa e das culturas e literaturas que nela se vão fazendo possam ser vividas, defendidas e incentivadas a partir de ternas idades (mas nunca vi qualquer sinal de aproximação entre os dois tipos de instituições em Coimbra, do mesmo modo que nunca vi aproximação entre a Universidade Aberta e a Universidade de Coimbra, a não ser na prática de Carlos Reis, nos anos 90, curiosamente, neste momento, actual reitor daquela e catedrático desta nossa).

A universidade portuguesa não tem sido tão ágil como seria desejável na partilha de experiências inter-sectoriais, cooperação entre departamentos e instituições muito diversos, exigindo maleabilidade, criatividade e descomplexidade. A tradição universitária tem sido, por definição e pela prática, conservadora e burocrática, e cada vez admite mais regulamentação complexa e inibidora, vigilância apertada e formalismos consequentes com essa tradição – há, de facto, uma tentativa para a organização clerical e militar.

Vou lembrar o que deveriam ser as actividades essenciais dos professores da universidade: *investigar; pensar; ler; escrever; divulgar; discutir, sentir e vivenciar com os estudantes*. O resto deveria ser organização e gestão prática desse trabalho reduzidas ao mínimo, com apoio no funcionalismo, ao serviço do enriquecimento cultural, científico e técnico de professores e estudantes, sem prejuízo burocrático de ambos os sectores, o contrário do que se verifica quando as bibliotecas fecham duas horas para almoço e encerram cedo, com os livros emprestados apenas por um dia. Não são precisos comentários para tal situação, quando se verifica, na verdade, o aumento da burocratização do quotidiano dos professores, com agravações previstas quando ela acompanhar a prática das tutorias, as avaliações, as estatísticas e o mais que poderá ainda ser criado. Tudo positivo, se houver capacidade de simplificação e de agilizar a vida prática e meditativa.

3

O Ensino Universitário, hoje, tem de se adaptar à convivência e à competição com os meios de comunicação de massas, à NET, ao desejo de aprender à distância física dos docentes. O *webensino* implica capacidades diferenciadas de comunicações e gestão de tempos e discursos, mas creio que os Estudos Portugueses e Lusófonos, na Faculdade de Letras de Coimbra, detêm um cabedal de experiência em práticas afins e de ligação e intervenção intelectual na sociedade que demonstram a adequação dos docentes também a esse novo desafio. Afinal de contas, muitos já trabalharam, por exemplo, em vídeos encomendados pela Universidade Aberta, alguns já colaboraram com atendimento, aulas, elaboração de exames e apoio a estudantes do ensino a distância e outros já leccionaram em pós-graduações dessa Universidade ou integraram o corpo editorial e redactorial da revista *Discursos* e, portanto, estão familiarizados, segundo níveis diferentes, com o que se faz nesse campo. Por outro lado, é sabido que alguns têm experiência editorial em livros e revistas tradicionais e electrónicas, enquanto outros erguem sítios e corredores virtuais. Outros docentes participam activamente em áreas como a dos Estudos Artísticos, que, pela sua natureza, preparam para modos diferentes de perceber a cultura. Outros ainda fizeram programas de rádio dedicados às literaturas lusófonas ou fazem ainda crítica literária continuada e todos participam em dezenas de acções no ensino médio, em associações culturais e recreativas, além, claro, de aerópagos internacionais. Alguns foram, inclusive, docentes do ensino médio, ou desempenharam cargos de direcção e coordenação, o que, em princípio, os habilita para a comunicação nos mais variados lugares, perante os mais diversificados públicos e os contextos mais inesperados e exóticos. Alguns deles já falaram para auditórios presenciais de mais de 3.000 pessoas ou ainda mais vastíssimos auditórios, em directo pela televisão ou rádio, em Portu-

gal, Europa, Américas, Ásia ou África. Existe uma experiência acumulada que não pode ser negligenciada. Trata-se de um verdadeiro património material e imaterial, este mesmo se transformando em material.

4

Os estudos de literaturas africanas atravessam um período difícil em Portugal. Deixou de existir qualquer especialista dessa área na Universidade do Porto e, em todo o país, os especialistas que se encontram a tempo inteiro no ensino superior, trabalhando nessa área, deverão ser uma meia dúzia, ou talvez menos. É muito difícil dedicar-se a uma área como a das literaturas e culturas africanas, no que isso implica de conhecer várias literaturas, culturas, filosofias, histórias, sociedades, etc.) mais do que simplesmente fazer uma dissertação de doutoramento sobre um livro de um escritor africano, como já vi algures, ou leccionar sobre meia dúzia de livros, tantas vezes sem dominar o suficiente das histórias e dos contextos, como também já vi fazer. Na universidade, tanto é possível ir fundo nas áreas, temas e problemas, e questionar o próprio universo, como flirtar com o que quer que seja, sem verdadeiramente se deixar possuir pela matéria. Tudo depende de quem faz o quê, quando, como e com quem, um princípio lúcido que aprendi no jornalismo, mas que evidentemente se aplica também à paixão e ao amor, como à ciência. Continuo a dar razão a Manuel Ferreira, quando afirmou que havia uma «escola portuguesa» dos estudos literários africanos que incluía uma componente da vivência africana colonial e pós-colonial que era preciso preservar. A universidade não tem sabido e não tem tido meios para preservar esse saber acumulado de pessoas que viveram o período colonial – e, muitas vezes, o pós-colonial – e juntaram documentos. Não tem sabido sequer escutar e preservar esses testemunhos vivos, pois, salvo alguma excepção, não se faz história

nem sociologia extensas e continuadas de casos coloniais. Salvam-se alguns depoimentos gravados ou retidos em livro ou artigo.

Por outro lado, a universidade portuguesa, na sua generalidade, não oferece cursos de 2º e 3º ciclos em estudos literários africanos, muito menos voltados para a questão do negro em África ou na *diáspora* do continente americano. A única exceção foi, até há pouco tempo, a própria FLUC, com um Mestrado e Pós-graduação em Literaturas e Culturas Africanas e da Diáspora de que fui o fundador e coordenador. A única revista em suporte de papel dedicada às literaturas africanas, em Portugal, foi *África*, editada nos anos 70 e 80, por Manuel Ferreira, fora da universidade, na sua própria editora marginal dedicada a essa área. Ao contrário de Paris ou Londres, a nossa capital não consegue suportar uma editora voltada para as questões africanas e a própria universidade não contempla uma revista exclusivamente de estudos literários africanos, havendo também raras exceções de revistas mais abrangentes de estudos africanos noutros domínios. Na Universidade de Coimbra, foram efectuadas algumas tentativas de formar um centro de estudos africanos, inclusive por mim próprio, mas tal nunca foi possível concretizar.

A universidade e a sociedade não podem ceder ao liberalismo do mercado e achar que, quanto ao saber e ao conhecimento, há umas áreas mais importantes do que outras. Os estudos literários africanos continuam a constituir um sector com potencial de investigação e ensino, incluindo o desenvolvimento das capacidades de inclusão de cidadãos descendentes ou residentes, e com vista à cooperação com o próprio continente africano, ajudando a repensar, em Portugal, o ensino e a divulgação dos textos literários em todos os seus níveis. No nosso país, há uma tradição de estudos literários africanos que radica em Alfredo Margarido e Manuel Ferreira e, ainda hoje, engloba meia dúzia de veteranos e outros tantos de novas gerações que têm publicado livros ao longo do último quarto de século. As

más relações políticas, por exemplo, entre Portugal e Angola, por via de vários preconceitos escandalosos (desde partidários a institucionais e ideológicos), além, claro, de problemas endémicos da universidade e da sociedade portuguesas (incapacidade de colaboração, entre outros), explicam muito do descaso por que passam os estudos literários africanos.

Portugal já perdeu a capacidade de criar massa crítica e formar professores e investigadores nessa área, porque o Brasil vem tomando a dianteira e rapidamente ultrapassará as possibilidades portuguesas, por via da Lei 10.639, de 2003, que obriga ao ensino da cultura, da história e da literatura africanas em todos os níveis de escolaridade. No Brasil, vive-se uma renovação cultural e educacional, com a constatação de ser uma nação maioritariamente mestiça e negra, que, aumentando em flecha exponencial, atendendo à grandiosidade do país e ao seu potencial, que a inclusão nos BRIC indicia (as prováveis potências emergentes que são o Brasil, Rússia, Índia e China), levará à já prenunciada supremacia nos estudos literários africanos, cujo primeiro sinal é a organização, que está em desenvolvimento, no Brasil, de uma associação internacional justamente de estudos literários africanos, com o apoio de sectores muito importantes da intelectualidade angolana e do respectivo Ministério da Cultura, que, num primeiro momento (há três anos), lamentável, a que pude assistir, nem sequer contava com a indicação de Portugal como integrante. *Não é irrealista pensar que não demorará muito tempo até o Brasil passar a formar os professores e pesquisadores que serão uma espécie de pontas-de-lança da Lusofonia, na área das Literaturas Africanas e, mais ainda, de Literatura e Cultura Portuguesas, os que irão ensinar essas matérias nos quatro cantos do mundo, inclusive em Portugal.* Somente com o apoio inequívoco da tutela da Educação, do Ensino e das Universidades à investigação e ensino da língua portuguesa e das suas literaturas e culturas é que podemos perce-

ber que a Lusofonia e a CPLP não são apenas figuras políticas de retórica para ocultar a inexistência de um projecto de continuidade cultural e científica que é estruturante da própria razão de ser de Portugal como entidade colectivamente imaginada e historicamente fundamentada nessa e por essa rede de relações.

BIBLIOGRAFIA

- AKENAT, Suffit Kitab, *Máximas mínimas e outros textos. Um caminho para alguns*, São Paulo, Landy, 2003.
- AKENAT, Suffit Kitab, *Máximas mínimas. Um caminho para alguns*, Lisboa, Novo Imbondeiro, 2005.
- BÂ, Amadou Hampaté, *Vie et enseignement de Tierno Bokar. Le sage de Bandiagara*, Paris, Seuil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre, *A economia das trocas simbólicas*, 6.^a ed., São Paulo, Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre, *A distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo, EDUSP/ Porto Alegre, Zouk, 2007.
- EAGLETON, Terry, *Teoria da literatura*, São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- LARANJEIRA, Pires, «Alguns aspectos do discurso de Suffit Kitab Akenat», in Suffit Kitab Akenat, *op. cit.*, 2003, pp. 9-31.
- LEE, Bruce, *Aforismos*, São Paulo, Conrad, 2007.
- MORIN, Edgar, *As grandes questões do nosso tempo*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Notícias, 1992.
- MUNIER, Roger (org. e trad.), *Haikus. Anthologie*, Paris, Seuil, 2006 (pref. de Yves Bonnefoy).
- TRAGTENBERG, Maurício, *Sobre educação, política e sindicalismo*, 3.^a ed. rev., São Paulo, UNESP, 2004.
- VAUVENARGUES, *Reflexões e máximas*, São Paulo, UNESP, 2007.

ABSTRACT

The Humanities are being dramatically threatened by an economicist approach to the University. One suggests the recognition of the lusophone area as the strategic field of national identity and the international connection to countries which are historically linked to Portugal. It has become necessary to redefine that area, giving it a patriotic grasp, both through the defense of the Portuguese language and the so called lusophone cultures, and through the defense of teachers' intervention and participation. One suggests a theoretical and practical innovation: that the literary texts translated from other languages be considered lusophone and, therefore, may be integrated in all sectors and levels of teaching of the lusophone world, allowing the widespread of those activities. On the other hand, it is also necessary to attempt to conceive other teaching practices, such as, for example, transforming the transmission of scientific contents into a doing-thinking approach to literature and culture as practices and interconnected reflections.